



Demonstrações Trimestrais - ITR **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

30 de setembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente sobre as informações
trimestrais



Informações trimestrais

30 de setembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as informações trimestrais 1

Informações trimestrais

Balanço patrimonial 3

Demonstração do resultado 4

Demonstração do resultado abrangente 5

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstração dos fluxos de caixa 7

Notas explicativas às informações trimestrais 8



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos administradores e acionistas da
Arcoverde Transmissão de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da diretoria sobre as informações financeiras intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC – SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos'.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC – RJ-093771/O

Balanço patrimonial
30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	30/09/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.211	2.609
Contas a receber de clientes	5	950	530
Tributos a recuperar		1	693
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	6	32.856	30.647
Outros ativos circulantes		380	312
Total do Ativo Circulante		38.398	34.791
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	4	7.459	6.857
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	6	328.852	301.669
Outros Ativos não circulantes		259	938
Total do Ativo Não Circulante		336.570	309.464
Total do Ativo		374.968	344.255
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		485	339
Empréstimos	7	6.071	5.966
Debêntures	8	4.391	5.238
Dividendos a pagar	9	10.616	3.298
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	10.1	406	361
Outros passivos circulantes		645	727
Total Passivo Circulante		22.614	15.929
Não Circulante			
Empréstimos	7	106.905	109.104
Debêntures	8	47.159	49.186
Provisão contingente	11	237	164
Impostos Diferidos	10.2	25.066	23.114
Outros passivos não circulantes		8	-
Total Passivo Não Circulante		179.375	181.568
Patrimônio Líquido			
Capital social	12	67.820	67.820
Reserva de lucros	12	67.820	67.820
Dividendos adicionais propostos	12	-	11.118
Resultado do período		37.339	-
Total Patrimônio Líquido		172.979	146.758
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		374.968	344.255

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstração do resultado
30 de setembro de 2025 e 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Receita Líquida	13	32.945	53.935	(230)	19.643
Custos dos bens construídos e serviços prestados	14	(1.136)	(4.504)	(1.421)	(4.259)
Resultado operacional bruto		31.809	49.431	(1.651)	15.384
Despesas e receitas operacionais					
Outras despesas e receitas operacionais		(203)	(504)	(297)	(641)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		31.606	48.927	(1.948)	14.743
Despesas financeiras	15	(2.374)	(10.450)	(3.016)	(10.740)
Receitas financeiras	15	379	878	387	1.072
Resultado financeiro líquido		(1.995)	(9.572)	(2.629)	(9.668)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		29.611	39.355	(4.577)	5.075
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(414)	(1.122)	(392)	(1.201)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	(766)	(894)	336	214
Resultado líquido do período		28.431	37.339	(4.633)	4.088

Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Resultado líquido do período	28.431	37.339	(4.633)	4.088
Lucro por ação	0,4192	0,5506	(0,0683)	0,0603

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstração do resultado abrangente
30 de setembro de 2025 e 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais)

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Resultado líquido do período	28.431	37.339	(4.633)	4.088
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	28.431	37.339	(4.633)	4.088

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
30 de setembro de 2025 e 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Resultado do período	Total
		Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal			
Saldo em 31 dezembro 2023		67.820	61.927	5.893	-	-	135.640
Lucro líquido do período		-	-	-	-	4.088	4.088
Reversão de reserva de lucros		-	(4.286)	-	-	-	(4.286)
Saldo em 30 setembro 2024		67.820	57.641	5.893	-	4.088	135.442
Saldos em 31 dezembro 2024		67.820	60.917	6.903	11.118	-	146.758
Dividendos adicionais propostos	9	-	-	-	(11.118)	-	(11.118)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	37.339	37.339
Saldos em 30 setembro 2025		67.820	60.917	6.903	-	37.339	172.979

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstração dos fluxos de caixa
30 de setembro de 2025 e 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais)

	30/09/2025	30/09/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	39.355	5.075
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Depreciação - imobilizado	(326)	(326)
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos	5.727	5.418
Juros, variações monetárias sobre debêntures	3.889	3.865
Encargos sobre empréstimos	97	97
Encargos sobre debêntures	43	44
Provisão (reversão) de contingências	73	-
Remuneração dos ativos da <u>concessão</u>	(52.620)	(27.615)
Receita de O&M	(3.975)	(3.703)
Fresh Start	-	9.793
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	241	754
PIS e COFINS diferido	1.058	(254)
Rendimento sobre aplicação financeira	-	(992)
Lucro ajustado	(6.438)	(7.844)
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(420)	1.424
Depósitos Judiciais	(74)	(209)
Tributos a recuperar	1.437	(148)
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	27.296	24.899
Outros Ativos	(68)	(39)
Fornecedores e outras contas a pagar	146	103
Antecipação de cliente	-	2.835
Outros passivos	(74)	183
Caixa gerado pelas atividades operacionais	21.805	21.204
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.077)	(857)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	20.728	20.347
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	-	(2)
Títulos e valores mobiliários	(602)	5.624
Aplicações financeiras e recurso financeiros	-	992
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(602)	6.614
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(3.800)	(14.999)
Pagamento de empréstimos	(1.853)	(1.420)
Juros pagos de empréstimos	(6.065)	(5.646)
Pagamento de debêntures	(4.135)	(3.935)
Juros pagos de debêntures	(2.671)	(2.713)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(18.524)	(28.713)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	1.602	(1.752)
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	2.609	2.993
No final do período	4.211	1.241
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	1.602	(1.752)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Arcoverde”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de maio de 2017 e estabelecida com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, 440, sala 1.801, Botafogo, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia é controlada pela V2i Energia S.A (V2i ou Grupo V2i) desde 14 de março de 2020 quando foi adquirida já em fase operacional pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia.

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 24 de abril de 2017, foi assinado o contrato de concessão nº 05/2016 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 24 de abril de 2047, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados do Pernambuco, compostas pela Linha de Transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caetés II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 50km; Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Garanhuns II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 89 km; Subestação Arcoverde II, no Estado de Pernambuco, com pátio de 230 kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; Novo pátio de 69kV na Subestação Garanhuns II, no Estado do Ceará, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; e Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

- (i) Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;
- (ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- (iii) Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;
- (iv) Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;
- (v) Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;
- (vi) Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e
- (vii) Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o
- (viii) Órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Em maio de 2019, a Companhia concluiu a fase de construção e entrou em operação. Devido a eficiência na construção das linhas de transmissão, a disponibilidade ocorreu 28 meses antes do prazo exigido pela ANEEL.

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.3. Receita Anual Permitida - RAP

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

1.4. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art. 13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das informações trimestrais

2.1. Declaração de Conformidade

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024”), publicadas na imprensa oficial em 13 de março de 2025.

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) foram aprovadas pela Administração em 06 de novembro de 2025.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas informações trimestrais são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2025

A administração avaliou que informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB *International Accounting Standards Board*, não produziram impactos relevantes nas informações trimestrais.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial		01.01.2025
CPC 02 (R2) – Efeitos das alterações nas taxas de câmbio	IAS 21	01.01.2025
CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	IFRS 1	01.01.2025

2.4. Considerações sobre os valores correspondentes

Certos valores correspondentes da Demonstração de Fluxo de Caixa referentes a 30 de setembro de 2024, apresentados nas demonstrações contábeis para fins de comparação, foram reclassificados em função do seguinte item:

(a) Reclassificação para melhor apresentação:

	Nota	30/09/2024 Divulgado	Ajuste	30/09/2024 Reclassificado
Remuneração dos ativos da concessão	(a)	4.128	(31.743)	(27.615)
Receita de O&M	(a)	-	(3.703)	(3.703)
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	(a)	-	754	754
Fresh start	(a)	-	9.793	9.793
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(a)	-	24.899	24.899
Caixa gerado pelas atividades operacionais		4.128	-	(4.128)

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	30/09/2025	31/12/2024
Caixa	10	10
Banco	44	15
Aplicação financeira (i)	4.157	2.584
Total	4.211	2.609

- (i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú CORP Plus RF Referenciado DI – FIC) que tem remuneração referenciado ao CDI (101,58% do índice em 2025 e 104,97% em 2024). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, debêntures e letras financeiras.

4. Títulos e valores mobiliários

	30/09/2025	31/12/2024
Aplicação financeira - conta BNB (i)	7.459	6.857
Total	7.459	6.857

- (i) As aplicações em conta reserva, referem-se ao cumprimento de obrigação no contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cuja finalidade é cobrir o principal, juros e outros custos relacionados ao Contrato de Financiamento por Instrumento Particular, número 44.2018.1241.19411.

5. Concessionárias e permissionárias

	30/09/2025	31/12/2024
Concessionárias e permissionárias (i)	3.263	2.830
CCT (ii)	75	72
CDE (iii)	156	134
Antecipação de cliente	(2.544)	(2.506)
Total	950	530

- (i) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$60 em 05/10/2025, R\$43 em 15/10/2025, R\$2.592 em 25/10/2025 e R\$43 em 05/11/2025 e R\$525 provenientes de créditos a serem recebidos
- (ii) DIT (CCT) refere-se a parcela 3/3 da receita proveniente do acesso de outras concessionárias à suas linhas de transmissão mediante contrato CCT (Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão).
- (iii) CDE refere-se a uma bonificação que a CCEE nos paga por adimplência e possuímos três meses em aberto os quais receberemos no decorrer do próximo período.

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Diretoria acredita que não há Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), visto que não houve mudança significativa nos valores contábeis dos instrumentos financeiros.

Antecipação de cliente

Os valores são demonstrados como segue:

	30/09/2025	31/12/2024
Ciclo 2024/2025 (i)	1.808	1.539
Ciclo 2025/2026 (ii)	736	967
Total	2.544	2.506

- (i) Valor refere-se aos montantes homologados via resolução 3.348, na data 16/07/2024, que serão amortizados via AVC ao longo do ciclo tarifário (Jul/24 até Jul/25).
- (ii) Valor refere-se à adiantamento de montantes já conhecidos que estarão contidos na parcela de ajuste da resolução do próximo ciclo tarifário (Jul/25 até Jul/26).

6. Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União. Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 30 de setembro 2025 não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue a movimentação ocorrida no período:

Linhas de Transmissão	Arcoverde
Margem de construção	10,20%
Margem de operação e manutenção	10,00%
Taxa de remuneração	11,49%
Índice de correção dos contratos	IPCA
RAP Anual	36.609
Ativo de contrato 31/12/2023	321.515
Receita de construção	1.272
Remuneração dos ativos da concessão	48.300
Receita de O&M	4.964
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	(477)
RAP realizada	(33.912)
Amortização da doação	446
Fresh start	(9.791)
Ativo de contrato 31/12/2024	332.317
Remuneração dos ativos da concessão	52.620
Receita de O&M	3.975
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	(241)
RAP realizada	(27.297)
Amortização da doação	334
Ativo de contrato 30/09/2025	361.708

	30/09/2025	31/12/2024
Circulante	32.856	30.647
Não circulante	328.852	301.669
	361.708	332.316

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas 3.481 e 3.348 respectivamente, foi de R\$36.609 para o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026 e R\$36.077 para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025.

A quantia 2.679 referentes a DIT da REH 3.481, será recebida no exercício de 2025 após homologação das concessionárias e ajustada.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Empréstimos

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	30/09/2025	31/12/2024	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
Financiamento BNB (i)	111.397	113.249	15/12/2038	Mensal	IPCA+1,72%
Juros	3.287	3.625			
Encargos de empréstimos	(1.707)	(1.804)			
Total	112.976	115.070			

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

Operação	31/12/2024	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos	30/09/2025
Financiamento BNB (i)	115.070	5.727	(1.853)	(6.065)	97	112.976
Total	115.070	5.727	(1.853)	(6.065)	97	112.976
Total circulante	5.966					6.071
Total não circulante	109.104					106.905

- (i) A Companhia realizou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, em 30 de agosto de 2019, composto de principal e juros, com garantia de fiança bancária e quitação para 15 de dezembro de 2038, a remuneração ocorre pelo IPCA + taxa de 1,7138% a.a., com previsão contratual de bônus de adimplência incidente sobre os juros fixos.

O financiamento, classificado no passivo não circulante têm seu vencimento assim programado:

	Saldo a pagar	Custo a amortizar	Total
2026	765	(32)	733
2027	3.665	(127)	3.548
2028	3.886	(127)	3.759
2029	4.618	(127)	4.491
2029 a 2042	95.551	(1.167)	94.384
Total	108.485	(1.580)	106.905

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures

Operação	30/09/2025	31/12/2024	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
2ª Emissão de Debêntures (i)	51.960	54.178	15/07/2042	Semestral	IPCA+5,02%
Juros	558	1.257			
Encargos de debêntures	(968)	(1.011)			
Total	51.550	54.424			

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Operação	31/12/2024	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos	30/09/2025
2ª emissão de Debêntures (i)	54.424	3.889	(4.135)	(2.671)	43	51.550
Total	54.424	3.889	(4.135)	(2.671)	43	51.550
Total circulante	5.238					4.391
Total não circulante	49.186					47.159

- (i) Em 27 de setembro de 2019, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, composta de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia de aval/fiança bancária e quitação para 15 de julho de 2042, cujo principal é atualizado pelo IPCA e juros remunerados por IPCA + 5,0196% a.a. Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas. Os índices financeiros são auditados anualmente, [LS1] inexistindo evento de vencimento antecipado relativos ao *covenants* contratual referente ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida previstos no item 23 da cláusula 4.1.2 da escritura da segunda emissão de debêntures da Arcoverde Transmissão, datada de 10 de setembro de 2019.

As debêntures, classificadas no passivo não circulante têm seu vencimento assim programado:

	Saldo a pagar	Custo a amortizar	Total
2026	-	(14)	(14)
2027	3.833	(57)	3.776
2028	3.863	(57)	3.806
2029	3.808	(57)	3.751
2029 a 2042	36.567	(727)	35.840
Total	48.071	(912)	47.159

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Dividendos a pagar

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a pagar:

	31/12/2024	Dividendos declarados (i)	Dividendo pagos	30/09/2025
V2I Energia S.A.	3.298	11.118	(3.800)	10.616
Total	3.298	11.118	(3.800)	10.616

C

(i) Saldos foram aprovados pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 07 de abril de 2025 (nº 6926858) e serão distribuídos quando a Companhia dispuser de caixa suficiente para tal.

10. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do período / exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	30/09/2025	31/12/2024
Receita operacional	56.354	44.267
Base presunção IRPJ 8%	4.508	3.541
Base presunção CSLL 12%	6.762	5.312
Outras receitas	-	-
Receitas financeiras	878	1.563
Base de IRPJ	5.386	5.104
Despesa de IRPJ	(1.329)	(1.252)
Base de CSLL	7.640	6.875
Despesa de CSLL	(687)	(619)
Despesa de IRPJ e CSLL	(2.016)	(1.871)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(894)	(242)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.122)	(1.629)

10.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

	30/09/2025	31/12/2024
Saldo inicial dos impostos a pagar	361	408
Impostos calculados	1.122	1.629
Impostos deduzido	-	(243)
Impostos pagos	(1.077)	(1.433)
Saldo final dos impostos a pagar	406	361

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2 Impostos diferidos

Os impostos diferidos, são calculados sobre os valores de receitas do Ativo de Contrato, e são revertidos quando a Companhia reconhece a RAP (receita anual permitida).

A movimentação dos impostos diferidos está demonstrada a seguir:

	30/09/2025	31/12/2024
Ativo de contrato	375.005	345.946
Antecipação de cliente	(2.544)	(2.506)
Base diferida	372.461	343.440
PIS e COFINS	13.594	12.536
IRPJ e CSLL	11.472	10.578
Saldo Final	25.066	23.114

11 Provisão Contingente

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

Em 30 de setembro de 2025 a Companhia não possui processos com prognóstico possível e possui 15 processos de servidão com prognóstico provável e 5 processos de reparação de danos materiais com prognóstico remoto.

	30/09/2025	31/12/2024
Provisão para contingências	237	164
Total	237	164

12 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito até 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é representado somente por ações ordinárias:

	30/09/2025			31/12/2024		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
V2I Energia S.A.	67.820.000	67.820	100%	67.820.000	67.820	100%
	67.820.000	67.820	100%	67.820.000	67.820	100%

Em 2025 não houve alteração no capital social da Companhia.

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do período / exercício	20.202
Base da reserva legal	20.202
Reserva legal (5%)	1.010
Saldo inicial	5.893
Calculado no ano	1.010
Total	6.903

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Conforme divulgado no estatuto social da Companhia, “do saldo, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório”.

	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do período / exercício	20.202
Reserva legal (5%)	(1.010)
Base para dividendos	19.192
Alíquota	25%
Dividendos mínimos propostos	4.798
Dividendos adicionais	11.118
Total de dividendos propostos	15.916

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do período / exercício	20.202
Reserva legal (5%)	(1.010)
Dividendos mínimos obrigatórios	(4.798)
Dividendos adicionais propostos	(11.118)
Reserva de lucros	3.276
Saldo inicial	61.927
Distribuição de reserva de lucros para pagamento de dividendos	(4.286)
Calculado no ano	3.276
Total	60.917

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Remuneração dos ativos da concessão	33.638	52.620	9.198	27.613
Receita de O&M	1.453	3.975	1.266	3.703
(+/-) Receita contratual X Receita realizada	(768)	(241)	(869)	(754)
Fresh Start	-	-	(9.793)	(9.793)
(-) Tributos sobre a receita	(1.253)	(2.057)	84	(758)
(-) Encargos do consumidor	(125)	(362)	(116)	(368)
Total	32.945	53.935	(230)	19.643

14 Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Custo com pessoal	(528)	(1.451)	(521)	(1.332)
Custo com materiais	(184)	(184)	(19)	(492)
Custo com serviços de terceiros	(367)	(1.326)	(380)	(1.670)
Custo com seguros	(112)	(302)	(97)	(284)
Custo com tributos (i)	(46)	(1.026)	(415)	(422)
Custo com depreciação e amortização	111	334	111	334
Demais custos	(10)	(549)	(100)	(393)
Total	(1.136)	(4.504)	(1.421)	(4.259)

(i) Referente à baixa de crédito de ICMS que não será recuperado pela companhia.

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Juros e variações monetárias	(2.089)	(9.616)	(2.479)	(9.424)
IOF, Comissões e taxas	(268)	(794)	(50)	(72)
Outras despesas financeiras	(17)	(40)	(487)	(1.244)
Despesas Financeiras	(2.374)	(10.450)	(3.016)	(10.740)
Receita com aplicações financeiras	302	796	307	992
Outras receitas financeiras	77	82	80	80
Receitas Financeiras	379	878	387	1.072
Resultado financeiro líquido	(1.995)	(9.572)	(2.629)	(9.668)

- (i) O valor de juros sobre empréstimos tomados em 30/09/2025 é R\$5.727 e em 30/09/2024 R\$5.418. O valor de juros e atualização monetária das debêntures em 30/09/2025 é de R\$3.888 e em 30/09/2024 é de R\$3.865. O valor de encargos sobre empréstimos em 30/09/2025 é R\$ 97 e em 30/09/2024 R\$97. O valor de encargos sobre debêntures em 30/09/2025 é R\$ 43 e em 30/09/2024 é de R\$44.

16 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Fator Seguradora S.A. (i)	Risco Operacional	70.000	21 de maio de 2025 até 21 de maio de 2026
Chubb Seguros Brasil S.A. (ii)	Responsabilidade Civil	20.000	06 de maio de 2025 até 06 de maio de 2026

- (i) A Companhia possui a apólice emitida pela Fator Seguradora S/A, para coberturas de Riscos Operacionais Limite máximo de indenização de R\$70.000 e um prêmio anual no valor de R\$416.383.
- (ii) Companhia possui um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços. Limite máximo de indenização de R\$ 20.000 e um prêmio anual no valor de R\$ 38.502.

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2025, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	30/09/2025	31/12/2024
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Títulos e valores mobiliários	2	7.459	6.857
Caixa e equivalentes de caixa	2	4.211	2.609
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Concessionárias e permissionárias	2	950	530
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos	2	112.975	115.070
Debêntures	2	51.550	54.424
Fornecedores	2	543	339

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

17.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados nos e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. O índice de endividamento é de 4,83% em 30 de setembro de 2025.

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

17.2 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora

Vagner Alexandre Serratto
Diretor

**Responsável técnico pelas informações
contábeis**

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9